

**CASO CLODOALDO TEIXEIRA (1979):
OUTRO HORIZONTE PARA DEBATER A “REVOLTA DOS
MOTOQUEIROS”, O CONTEXTO DO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA
DA DITADURA CIVIL MILITAR**

Elisabete Becker Salomão¹

Resumo: Este artigo pretende ampliar o horizonte de discussão sobre o Caso Clodoaldo Teixeira, denominado pela imprensa de Passo Fundo, RS como “Revolta dos Motoqueiros”, que diz respeito aos eventos que se sucederam após morte do jovem Clodoaldo Teixeira – de 17 anos de idade, ocorrida no final tarde 05 de Fevereiro de 1979, provocada pela patrulha Brigada Militar (BM). Para cumprir com o objetivo proposto ampliamos os horizontes além do cenário local, para o debate que se dava na imprensa nacional sobre as pautas do processo de abertura política iniciada pelo Governo militar de Ernesto Geisel no final de 1978, bem como, analisamos papel pela imprensa como espaço privilegiado de discurso através do qual é possível construir novos sentidos - destacando a cobertura feita pelo jornal O Nacional e, ainda, a atuação do jornalista Tarso de Castro.

Palavras-chaves: Ditadura Civil Militar. Imprensa. Discurso. Poder.

Considerações iniciais:

A cidade de Passo Fundo, apesar de cidade de interior, o adjetivo pacata, não poderia lhe cair muito bem. Definições como, “Passo Fundo: a Chicago dos Pampas” e, ainda, “Terra de gente boa... no gatilho”, refletem melhor a turbulenta história de confrontos entre forças políticas opositoras que constituem sua sociedade, os quais estão quase sempre relacionados a contextos políticos regionais ou nacionais. O caso envolvendo a morte de Clodoaldo Teixeira, denominado pela imprensa local como “Revolta dos motoqueiros” é um exemplo de como as forças políticas e ideológicas de estruturas maiores determinam relações assimétricas de poder.

Os relatos e as versões dos jornais O Nacional e Diário da Manhã de Passo Fundo, sobre o “caso Clodoaldo Teixeira”, analisados no contexto histórico e político do período da ditadura civil militar e confrontados com outros períodos de projeção nacional e fontes bibliográficas nos instigam a várias reflexões, que pretendemos tecer neste artigo, salientando que este “caso” necessita de investigação mais aprofundada, pois teve na versão da imprensa local a versão “real” dos fatos, silenciando ao silêncio alguns personagens de mais um episódio da história de Passo Fundo, sobre os interesses

¹ Graduanda do Curso de História da Universidade de Passo Fundo.

e relações que envolvem a imprensa local, os personagens envolvidos nos eventos que sucederam a morte de Clodoaldo Teixeira que passamos a analisar, dentro do contexto do processo de distensão e abertura do regime civil militar.

Narrativa do “Caso Clodoaldo Teixeira”

Nos finais de tarde em Passo Fundo é comum à aglomeração de jovens ao redor de canteiros e praças da zona central da cidade, juntam-se a eles, à circulação de carros e motos com seus motores e equipamentos de som barulhentos. O movimento de veículos e à aglomeração de pessoas na zona central acaba deslocando parte do aparato policialesco da Brigada Militar (BM) para os locais de aglomeração.

Não era muito diferente nos anos finais da ditadura civil militar (1964-1985). Naquela época, era igualmente comum, jovens reunirem-se em frente aos canteiros da Avenida General Netto, em frente à Praça Central de Passo Fundo - a Praça Marechal Floriano, descrito por Argeu Santarém (1984, p. 3) como o lugar “onde o cotidiano se desmancha ironizando glórias e potentados, criando lendas e mitos, absolvendo ou condenando, estranho parlamento sem mandatos, curioso tribunal sem magistrado”.

Neste contexto citadino foi que na tarde de 05 de fevereiro 1979, Clodoaldo Teixeira com 17 anos de idade, após sair do trabalho, subiu em sua moto e dirigiu-se ao Centro da Cidade. De acordo com registros dos jornais O Nacional e Diário da Manhã, Clodoaldo que não possuía carteira de motorista – por ser menor, e não portava os documentos motocicleta ao deparar-se ou ser abordado por uma patrulha da Brigada Militar (BM), em algum local do Centro, fugiu em direção à sua residência na Rua Antônio Araújo, 170. Outra versão, descrita nos jornais, diz que Clodoaldo teria ou passado com sua moto sobre o pé de um dos Policiais Militares (PMs) ou quase atropelado uma senhora que tentava atravessar a rua. Logo após o incidente a patrulha da BM, constituída pelo Cabo José Valmor da Silva, e os PMs, Clóvis Amaral Raiter e Jacinto Xavier Chaves, perseguiu Clodoaldo Teixeira, quando já estava próximo a sua casa, um dos PMs disparou, atingindo Clodoaldo nas costas. Segundo os periódicos o PM que disparou foi o Cabo José Valmor da Silva. Na narrativa dos períodos o motivo

que levou os PMs à abordarem Clodoaldo não foi esclarecido, também não houve registro de versões de outras pessoas – que certamente estariam no local, pois em frente a Praça Marechal Floriano, funcionava um “cursinho” pré-vestibular. Também até os dias de hoje, não encontramos registro da versão dos PMs sobre os eventos daquela tarde.

A notícia da morte de Clodoaldo espalhou-se rapidamente, segundo registros motoqueiros amigos de Clodoaldo aglomeram-se em vários pontos da cidade, em poucas horas no Centro da cidade juntou-se um grande número de pessoas, conforme descreve Tarso de Castro:

Dezenas de motoqueiros, durante toda noite, causaram um movimento impressionante na cidade. Gritos, máquinas aceleradas e em alta velocidade, palavras de ordem proferidas contra integrantes da Brigada Militar, inclusive depredações e pedidos de justiça para os assassinos foi uma constante. (CASTRO, O Nacional, 06 de Fevereiro de 1979 p.1).

A aglomeração de pessoas varou a noite, provavelmente por causa do velório, que aconteceu naquela mesma noite e de acordo com o Jornal Diário da Manhã, foi realizado na residência de Clodoaldo Teixeira. (DIÁRIO DA MANHÃ, 07 de fevereiro de 1979, p.8).

No dia seguinte (06) o cortejo para o enterro se dirigiu ao cemitério da Vila Petrópolis e reuniu em torno de dez mil pessoas e durante o enterro “houve enorme comoção” destacada pelo jornal O Nacional em matéria intitulada “Comoção semelhante na cidade, somente em 1954 quando morreu Getúlio Vargas” (O NACIONAL, 07 de fevereiro 1979, p.2).

Terminado o enterro a multidão seguiu para o Centro, Ivaldino Tasca na época, editor do jornal O Nacional, em depoimento a José Ernani Almeida relata “[...] A população se combinou. Muitos foram em casa buscar uma arma. Viam-se as pessoas indo e voltando com a arma na mão [...]” (ALMEIDA, 2005 p.158). Mas a Brigada Militar havia fechado as principais ruas que davam acesso à Praça Marechal Floriano. Policiais Militares e Viaturas trancaram os acessos. Os motoqueiros forçaram a passagem e tomaram conta da praça, quando paus e pedras foram atirados contra os policiais militares e, ainda, viraram carros e atearam fogo.

Ao serem informados que os PMs envolvidos na morte de Clodoaldo, estavam presos ou retidos no Comando de Policiamento de Área (CPA3), localizado em frente ao prédio antigo da Prefeitura, hoje Museu Histórico, onde o confronto torna-se mais violento, pois os manifestantes queriam invadir o prédio e linchar os PMS, ao passo que tiros foram disparados. A essa altura o Comando do Exército já havia sido acionado e se desloca para o foco das manifestações, de acordo com Santarém, “já era noite quando o major Isauro Piaguassu Pires Correa com um megafone convenceu a multidão a levantar o cerco que fazia aos brigadianos entrincheirados no CPA-3” (SANTARÉM, 1984 p.120).

Os tiros disparados atingiram mais dois jovens que estavam em meio à multidão, Adão Faustino de 19 anos de idade, que faleceu no dia seguinte, descrito como operário, e Joceli Macedo com 17 anos, que ainda ficou internado alguns dias, mas acabou por falecer.

“Revolta dos Motoqueiros” em contexto

O Governo militar do general Ernesto Geisel além de enormes contradições ficou marcado pela forte repressão aos movimentos civis que desafiaram os limites do projeto de distensão. O plano político definiu-se por uma estratégia clara de institucionalização do poder, o processo de distensão dentro da concepção palaciana passava pela instituição da exceção, descompressão gradual, restrita e tática. A abertura era parte da política de passagem gradual para um governo civil, sob a tutela dos militares e visava à retirada destes do poder de forma negociada, garantindo uma retirada sem punição às violações aos direitos humanos e sem mudanças abruptas do modelo econômico fundamental, ao mesmo tempo, que se retomavam de maneira gradual as liberdades civis e o jogo eleitoral (NAPOLITANO, 2014).

Depois das eleições de 1974 veio a público o debate de questões como o modelo econômico, o aumento da inflação, a repressão e a questão dos desaparecidos, mas esse debate estava restrito aos círculos controlados pelo regime – os liberais, representados pelos partidos políticos MDB e ARENA e pela grande imprensa. Vozes liberais como a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados (OAB) que apoiaram o golpe, passaram a se colocar contra o governo – pois a questão das torturas e dos desaparecidos tornou-se

cada vez mais inconveniente, porque mesmo com o discurso da distensão a lista dos desaparecidos continuou a aumentar depois da posse de Geisel, que em 1975 depois de assolar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) com uma nova onda de repressão, deu o ritmo da distensão rejeitando o fim do AI-5, a revogação do Decreto-Lei nº 477, a revisão da Lei de Segurança Nacional, a promulgação de uma anistia e a redução das prerrogativas do Poder Executivo. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog no DOI-Codi e em 1976 a morte do sindicalista Manuel Fiel Filho, aumenta o distanciamento entre o governo e a alas liberais da sociedade civil e provocou um tremendo mal-estar entre os donos de jornais e profissionais da imprensa, que na visão de Geisel seria o canal entre o Governo e a opinião pública para manter o controle do processo de institucionalização do regime. Este fato obriga o Governo a abrir espaços institucionalizados diálogos, pondo fim a censura prévia aos jornais.

A pressão sobre a questão dos direitos humanos ganha mais um aliado, sob a crítica do Governo Carter, por causa da política externa autônoma e heterodoxa e o nacionalismo econômico de Geisel². Os Estados Unidos reconhecem oficialmente que o Brasil não respeitava os direitos humanos. (NAPOLITANO, 2014). Em Abril de 1977 com base nas prerrogativas do AI-5 Geisel fecha o Congresso, visando impor ao país as reformas propostas nas Emendas Constitucionais nº 7 e 8 e vários decretos³, sem o devido debate parlamentar, essas medidas tinham por objetivo impedir que a oposição ganhasse a maioria no Congresso nas eleições de 1978. Mesmo diante dos protestos do MDB, o governo demonstrava que o processo de abertura só poderia ser efetivado sob seu controle. O que o governo não considerou em sua estratégia que outros setores da sociedade pudessem ressurgir e ganhar visibilidade no debate pela democracia.

O movimento estudantil de Maio a Setembro de 1977⁴, mesmo sob a expressa proibição de manifestação e passeatas, ameaças e forte repressão, conseguiram protagonizar enormes protestos por quase todo país em nome das liberdades democráticas e pela libertação de colegas preso. Em 1977 houve também fortes manifestações contra o regime de outras entidades, como a OAB, CNBB, SBPC e ABI. Sob a bandeira da democracia convergiam setores da sociedade, compostos pela classe média, intelectuais e lideranças empresariais – estes criticavam a estatização. O

² Ver: NAPOLITANO, 2014, p. 253

³ Ver: Ibid., p. 257

⁴ Ver: Ibid., p. 261-265

movimento do custo de vida (MCV) – onde a estratégia usada era organização de assembleias massivas para apresentar petições contra o aumento do custo de vida de 1976 a 1978 lançou várias petições, a última conseguiu mais de 1,24 milhão de assinaturas e aconteceu na Praça da Sé em São Paulo sendo reprimido pela PM. Concatenado ao MCV estava à greve metalúrgica em várias indústrias de São Paulo, pois o MCV era composto por famílias de operários em greve. Em 12 de Maio de 1978 a sociedade e o Governo viram-se surpreendidos pela eclosão da greve dos operários em São Bernardo do Campo. A greve do ABC se estendeu até 1979. De acordo com Napolitano:

Se essas mobilizações não conseguiram “derrubar a ditadura” pela pressão das ruas, como dizia a palavra de ordem, implodiram a tímida abertura de Geisel. Ou seria mera coincidência o fato de que, em Setembro de 1978, cada vez mais criticado por vários atores sociais e políticos, o governo anunciou a Emenda Constitucional nº 11, que acabava com o AI-5, com a cassação de deputados pelo Poder Executivo, com a censura, que previa a volta do *habeas corpus* e extinguiu a pena de morte e a prisão perpétua. (NAPOLITANO, 2014 p. 262).

Antes de encerrar seu Governo em dezembro de 1978, com seu sucessor já garantido, o General Figueiredo eleito nas eleições de outubro, Geisel revoga o banimento de 120 exilados, mas manteve de fora Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola. A abertura política começa dar o ar da graça, no entanto como afirma Napolitano “ o regime queria evitar que no processo da passagem aos civis se afirmassem políticas de apuração das violações de direitos humanos no Brasil por agentes da repressão política” (NAPOLITANO, 283). Então a grande imprensa nacional – canal do Governo com a opinião pública, que durante as manifestações dos movimentos de 1977 e 1978 manteve uma atuação discreta, abriu amplo debate sobre a questão da anistia, para os exilados, asilados, presos políticos e condenados por processos militares e inclusive os crimes cometidos pelo regime.

É dentro desse contexto que permeou o Governo Geisel que acontece em Passo Fundo a “Revolta dos Motoqueiros”, denominado assim pela imprensa local, por causa do envolvimento de motoqueiros – em sua grande maioria, nos confrontos a BM. A “Revolta dos Motoqueiros” teve na figura do jornalista Tarso de Castro – profissional reconhecido no cenário jornalístico nacional, por se opor ao regime militar, quando participou do jornal alternativo O Pasquim, destacado envolvimento profissional e

pessoal nos momentos mais tensos dos confrontos acontecidos no dia 06 de Fevereiro de 1979.

Tarso de Castro desde sua juventude sempre manteve fortes ligações profissionais, leia-se políticas, e pessoais com o ex-governador e deputado Leonel Brizola – qual incluído na lista de anistiados de dezembro de 1978. Tarso atuou ao lado de Brizola, quando este era governador do Rio Grande do Sul, quando este instalou a chamada “Rede da Legalidade”. Em 1961, residindo no Rio de Janeiro, Tarso com a ajuda do Brizola, funda o semanário o Planfleto que era porta voz das ideias do Grupo dos Onze⁵, depois do Golpe em 1964, o Panfleto foi extinto e Tarso passou a ficar na mira dos agentes do regime, passando inclusive, breves temporadas no exílio com João Goulart e Leonel Brizola no Uruguai. Quando trabalhava no jornal Última Hora de Samuel Wainer, Tarso cobriu a Conferência de Punta Del Leste quando Brizola se encontrou com Che Guevara. (BERTOL, 2001).

Em 1977, quando o movimento estudantil desafiava os limites da distensão, Tarso de Castro como editor de “Folhetim” do Jornal Folha de São Paulo inaugurou uma série de entrevistas com políticos filiados ao MDB e personalidades liberais da época como Paulo Brossard, Pedro Simon, Paulo Pimentel, Professor Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Dom Paulo Evaristo Arns e também o deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada líder da Arena, os setores liberais políticos e intelectuais da sociedade.

Em Setembro Tarso juntamente com o escritor e jornalista Josué Guimarães – diretor da sucursal da Folha em Porto Alegre e homem de confiança de Brizola, e que em fevereiro de 1979 viria a ter uma coluna do jornal O Nacional, recebem a notícia de que por causa da Operação Condor⁶ Brizola precisava deixar o exílio no Uruguai. A situação era crítica porque Brizola já estava afastado há muito tempo e a militância estava desmobilizada, e não tinha onde se refugiar, porque os países do cone sul estavam sob os regimes militares, se voltasse ao Brasil seria preso e para piorar a situação a notícia não havia chegado à imprensa brasileira, isto fazia parte do plano dos militares, de acordo com registro de Tom Cardoso, Tarso conta o sufoco que passaram:

⁵ Em fins de 1963, Brizola havia criado um movimento que ficou conhecido como Grupo dos Onze, com o amparo de entidades nacionalistas, como a União Nacional dos Estudantes – UNE – e o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, cujo objetivo era lutar pela vitória das chamadas reformas de base e pela liberdade do Brasil da espoliação internacional.

⁶ Ver: MARIANO, 2003.

Fazia parte do plano impedir que a notícia saísse no Brasil. Quando liguei para a Folha soube que ela não daria, pois estava sob ameaça de intervenção. Aí telefonei para o JB, para o Globo, passei a noite ligando para todos os jornais. O problema é que o governo do Uruguai negava a notícia. O JB me disse que a publicaria com uma condição: que ela saísse antes num outro órgão brasileiro. Liguei então para um amigo da Rádio Gaúcha de Porto Alegre, pedi para que ele a divulgasse, em nome de nossa amizade, pelo amor de Deus! Ele disse que daria como última notícia, às oito da noite, sem que a direção soubesse. Eu liguei pros jornais para que sintonizassem a rádio. Eles ouviram e assim a notícia explodiu nos jornais do Brasil no dia seguinte. (CARDOSO, 2005 p. 193).

Tarso sugere os EUA, por causa da política de direitos humanos de Jimmy Carter. Negociando com os diplomatas americanos, Tarso e Josué conseguiram um visto de turista para Brizola e Dona Neuza. Mas o casal teria que fazer uma escala de 24 horas em Buenos Aires para dar tempo das autoridades dos EUA limparem o nome de Brizola da relação de pessoas impedidas de entrar em território norte americano. A guarda pessoal de Brizola em Buenos Aires se resumia a dois jornalistas, Tarso de Castro e Eunice Jacques do Jornal do Brasil – que deu ampla cobertura ao caso, conforme registrou a edição de 19 de Setembro 1977 página 1. Para alívio de todos no dia 21 de Setembro, Brizola e Dona Neuza embarcaram para Nova York, depois Brizola se refugiou em Portugal até ser beneficiado com a Lei de anistia em Agosto de 1979. (CARDOSO, 2005 p. 197).

Como não havia sido na lista dos 120 anistiados em dezembro 1978, para tentar retornar ao Brasil, Brizola entra com processo na Justiça Militar para usufruir do benefício do *habeas corpus*, como registrou o Jornal do Brasil “o nome do ministro que funcionará como relator do pedido de *habeas corpus* impetrado ontem pelo advogado Wilson Mirza em favor do Sr Leonel Brizola será conhecido na tarde hoje [...]” (JORNAL DO BRASIL, 09 de Janeiro de 1979, p. 9). A notícia de que Brizola poderia voltar ao Brasil provocou vários debates que diziam respeito ao seu ingresso ou não no MDB - o que provavelmente causaria uma ruptura no partido, outro debate, era sobre a formação de uma frente única de oposição ao regime no processo de abertura, que seria composta de lideranças dos partidos de esquerda, metalúrgicos e o MDB, havia também a discussão sobre a reestruturação de um novo partido trabalhista e a divisão do PTB. A concessão do *habeas corpus* implicaria também na forma como o Governo estruturaria

o programa de anistia – a pauta de discussão sobre a anistia era se ela seria ampla, geral e irrestrita, no entanto, o ponto crucial com referência a volta de Brizola ao Brasil é que ele poderia prejudicar o processo de abertura, assim declarou o então deputado, Magnus Guimarães (MDB-RS), ao Jornal do Brasil “[...] três setores estariam dificultando a volta de Brizola ao Brasil – a cúpula do atual governo, a cúpula do MDB e os radicais de direita e esquerda.” (JORNAL DO BRASIL, 23 janeiro de 1979, pg. 3). Mas a concessão do *habeas corpus* iria contra vários interesses. O pedido estava nas mãos do então procurador geral da justiça militar, Milton Meneses da Costa Filho, que deu parecer contrário, mas a decisão final caberia ao Supremo Tribunal Militar, que entrou em recesso.

Brizola era um personagem importante no cenário político nacional e do trabalhismo, Tarso tinha consciência que aquele momento, em que o movimento operário estava se reorganizando seria ideal para a volta do Brizola, certamente sua presença seria ingrediente a mais a implodir a institucionalização do regime e da transmissão do poder aos civis, hegemonizado pelos partidos liberais em negociação com os militares. (NAPOLITANO, 2014 p. 235). Dessa forma, o assassinato de Clodoaldo Teixeira por Policiais Militares, foi o fato que nas mãos de um jornalista astuto e habilidoso e que conhecia bem o poder da imprensa, daria conta de provocar um movimento político na cidade e pudesse movimentar a sociedade para pressionar o regime, como destacam Ribas e Batisttela:

[...] fazendo uma abordagem sensacionalista, opinativa e combativa. Suas reportagens teriam botado lenha na fogueira da indignação popular que se instaurou na cidade em virtude dos desmandos da ditadura militar. Nesse episódio, é relevante considerar o quanto ele não teria se inspirado em coberturas jornalísticas da época, que, no centro do País, queriam mostrar ao grande público os excessos da ditadura militar, a exemplo do assassinato do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, em 1968. Tarso como petebista combativo à ditadura, certamente, considerou essa cobertura como uma oportunidade de provocar um levante na cidade natal através da exposição dos abusos das autoridades militares. (RIBAS, BATISTTELA, 2010, p. 112).

Mas na visão do Governo e dos liberais, Brizola era uma peça que precisa ser encaixada no processo, para que a abertura acontecesse dentro da agenda palaciana e que contemplasse os interesses das elites e da imprensa, dentro desse prisma o Governo agiu no caso do *habeas corpus*, ganhando tempo e não analisando o caso quando do

retorno do recesso, enquanto as lideranças do MDB negociam com Brizola no exterior a seu retorno, que aconteceu somente depois de efetivado o programa da anistia, e sem precisar responder aos processos nos quais fora condenado pelo regime, certamente as negociações beneficiaram outros exiliados como Luís Carlos Prestes, conforme demonstram as matérias da Folha de São Paulo, em 06 de Fevereiro de 1979, p. 5.

Tarso tinha vindo a Passo Fundo, naquela época, atendendo ao pedido do pai - Múcio de Castro, para dar um novo impulso ao jornal O Nacional, que atravessava uma fase financeira problemática. Ele deveria proceder a uma reestruturação tanto comercial como editorial do jornal, onde o jornal, que pudesse destacar comercialmente o jornal. Tarso durante o período que permaneceu em Passo Fundo cumpriu a função dada, pois Bertol afirma que os resultados foram satisfatórios. (BERTOL, 2001 p. 79). Esses resultados foram impulsionados pela matéria “Tiro nas Costas” publicada no Jornal em 06 de Fevereiro de 1979, que destacava a injustiça que os policiais militares haviam cometido ao matar um jovem motoqueiro com um tiro pelas costas.

Friederichs analisou a matéria a partir da abordagem de *Fait Divers*, que designa em sua generalidade, informação sensacionalista, este tipo de abordagem foi inaugurada por Tarso de Castro na história do jornalismo de passofundense, afirma a autora em sua análise, que a mídia é o espaço privilegiado do discurso em suas diferentes manifestações e notícia, conseqüentemente, uma forma de fala, um texto público, que circula pelo ambiente social provocando certo movimento, através dela pode-se construir novos sentidos sobre a realidade, localizar seu lugar como sujeito histórico é transformar as condições do palco social e, ainda, possibilita a intervenção dos sujeitos diante da realidade (FRIEDERICHS, 2010 p. 44), dentro dessa ótica pode-se questionar os motivos pelo Tarso e a imprensa local fizeram um jornalismo combativo e podemos entender como a “Revolta dos Motoqueiros” rendeu ao O Nacional somente naquela semana vinte páginas e cinco capas.

A imprensa é peça importante para que os interesses privados prevaleçam sobre a esfera pública, e, ainda, tem enorme capacidade em promover processos de deslocamentos de tensões e causas dos problemas, criando situações em que se desvia a atenção do fato em si, na medida em que as pessoas que os protagonizam passam a ser o

foco, fazendo com que as questões de ordem social, pública sejam vista como de natureza privada. Submergindo, muitos atores e história de suas ações ao esquecimento.

No contexto da ditadura civil militar a grande imprensa teve papel fundamental na implantação do regime militar, apoiando o golpe e se beneficiou com ele, mas quando o regime usava dos “recursos” que são peculiares aos regimes autoritários para manter o poder, como por exemplo, a repressão e censura a “imprensa conseguia diluir parte de suas responsabilidades diretas no golpe, passando a se autorrepresentar como um dos lugares privilegiados da resistência e, como tal, vítima do arbítrio” (NAPOLITANO, 2014, p. 223).

O trabalho jornalístico de Tarso de Castro, sempre como jornalista combativo, que lutou por suas ideologias políticas, que durante a “Revolta dos Motoqueiros” teve participação singular os acontecimentos, essa imagem que incorpora o mito, tem a intensão de construir a imagem de um herói, visando inseri-la na memória coletiva da cidade de Passo Fundo. Ivaldino Tasca, que na época, trabalhava com Tarso como editor do jornal O Nacional, salienta o envolvimento pessoal de Tarso nos episódios, enquanto os motoqueiros viravam viaturas da PM e ateavam fogo em carros no centro da cidade, a situação segundo ele ficou extremamente perigosa, falando de Tarso:

[...] ele colocou a vida em risco e esteve perto de aumentar o caos local, ao provocar um acado soldado da Brigada Militar que estava com arma em punho. [...] Acreditei, nesse momento, que pior aconteceria, ou seja, a multidão atacaria os policiais, e eles revidariam, sem dúvida alguma. Pois é nesse contexto que o Tarso ajoelhou-se no meio da rua e passou a ofender durante um jovem brigadiano que se encontrava a menos de dois metros e empunhava, trêmulo, sua arma. Ninguém sabe por que aquele soldado, ainda jovem, não disparou. (TASCA, 2010, p. 128).

Enquanto a imprensa local se ateve a construção de uma memória que privilegiou a construção da memória em torno de Tarso de Castro e de suas ações para questionar o regime militar, as relações assimétricas de poder, que culminaram na “Revolta dos Motoqueiros” ficaram obscurecidos na memória da cidade. A memória que Clodoaldo recebeu na comunidade de Passo Fundo, foi seu dado ter sido dado a uma Rua sem saída, sem pavimentação, sem iluminação, que raríssimas pessoas sabem onde fica.

Considerações Finais

Finalizando estas considerações ressaltamos que aqui foi possível destacar alguns dos motivos que levaram o caso da morte de Clodoaldo Teixeira a se transformar em uma revolta contra o regime militar e vir a ser chamado pela imprensa como a Revolta dos Motoqueiros, retomando outras questões que nos instigam a levantar questionamentos a respeito do “caso Clodoaldo Teixeira”, que estão expostas nos jornais O Nacional e Diário da Manhã, que são o fato que levou ao assassinato de Clodoaldo Teixeira pelos PMs envolvidos, que relações mantinha Clodoaldo com o resto da comunidade de Passo Fundo além dos motoqueiros, os tiros que provocaram a morte de Adão Faustino e Joceli Macedo foram disparados de onde e por quem? Quem eram esses jovens? Mesmo depois de passados 36 anos da morte de Clodoaldo, o caso ter sido julgada na justiça militar, os policiais envolvidos terem sido condenados, estes permanecem em completo silêncio. A família de Clodoaldo, Adão e Joceli foram indenizadas, segundo informou o advogado Irineu Gehlen ao jornal Diário da Manhã quando do completaram-se de 30 anos da morte de Clodoaldo (DIÁRIO DA MANHÃ, 7 e 8 de Fevereiro de 2009 pg. 2) e depois de algum tempo, ninguém mais soube notícias dos familiares das vítimas. São muitas perguntas que ainda pedem respostas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Ernani. *Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo 1964-1978*. 178 f. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.
- BERTOL, Sônia. *Tarso de Castro editor de O Pasquim*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: O PTB e ação política de César Santos na Metrópole da Serra (1945-1967)*. 261 f. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.
- JORNAL DO BRASIL. *STM recebe pedido de habeas para Brizola*. *Jornal do Brasil*, edição 00267, página 09, 09 de Janeiro de 1979.
- CAMPOS, Maria de. Apócrifos de Tarso. In: GAGLIETTI, Mauro; CARMO, Aline do; SCHAEFFER, Olmiro (Orgs.). *Rato de redação: homenagem a Tarso de Castro, um jornalista brasileiro*. Passo Fundo: IMED, 2010. p.131-134.
- CARDOSO, Tom. O anjo da guarda de Brizola. In: *Tarso de Castro: 75kg de músculos e fúria*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005. p.189-199.
- CASTRO, Tarso de. *Tiro nas Costas*. O Nacional, edição 15.007, página 1, 06 de Fevereiro de 1979.
- DIÁRIO DA MANHÃ. *Milhares de pessoas acompanharam o sepultamento do jovem Clodoaldo*. Diário da Manhã, edição 58, páginas 1- 8, 07 de Fevereiro de 1979.
- _____. *30 anos: Revolta dos Motoqueiros*. Diário da Manhã, página 2, 05 de Fevereiro de 2009.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Prestes pode voltar, mas tem de “pagar o que deve”*. Folha de São Paulo, página 5 de 06 de Fevereiro de 1979.
- FRIEDERICHS, Bibiana de Paula. *Discurso, fait divers e poder em O Nacional: Uma abordagem dialética*. 218 f. Tese (Comunicação Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- MARIANO, Nilson. *As garras do condor*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- O NACIONAL. *Comoção semelhante na cidade somente em 1954 quando morreu Getúlio Vargas*. O Nacional, edição 15.008, página 2, 07 de Fevereiro de 1979.
- RIBAS, João Vicente; BATISTELLA, Alessandro. Tarso de Castro: O passofundense menos passofundense do Brasil. In: GAGLIETTI, Mauro; CARMO, Aline do;

SCHAEFFER, Olmiro (Orgs.). *Rato de redação*: homenagem a Tarso de Castro, um jornalista brasileiro. Passo Fundo: IMED, 2010. p.105-114.

SANTAREM, Argeu. *República dos Coqueiros*: Histórias e estórias do Passo Fundo. Não Me toque: Gráfica Editora Santo Antônio, 1984.

TASCA, Ivaldino. Cinco ou seis (*#*) e algumas reflexões sobre Tarso. In: GAGLIETI, Mauro; CARMO, Aline do; SCHAEFFER, Olmiro (Orgs.). *Rato de redação*: homenagem a Tarso de Castro, um jornalista brasileiro. Passo Fundo: IMED, 2010. p.115-130.